



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
PRIMEIRA PROCURADORIA**

**PROCESSO Nº 26530/2008**

**PARECER Nº 1094/2022–G1P/DA**

**EMENTA:** Concorrência nº 33/2008-ASCAL/PRES para obra da Torre de TV Digital. Contrato nº 97/2009-SO com o Consórcio Mendes Júnior/Atrium. Inspeção. Determinações. Decisão nº 1125/2020. Pedido de Reexame. Análise de Mérito do Recurso. Decisão nº 2540/2021: nega provimento ao Pedido de Reexame. Decisão nº 1009/2022: reitera à Terracap o cumprimento dos itens V e VI.c da Decisão nº 1125/2020. Análise de documentação encaminhada. Pelo arquivamento dos autos. Parecer divergente do Ministério Público de Contas do DF.

Versam os autos sobre o contrato nº 97/2009, firmado entre a então Secretaria de Estado de Obras do Distrito Federal (atual Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal - SO) e o Consórcio Mendes Júnior / Atrium, visando à construção da Torre de TV Digital de Brasília, desde a fase de licitação até a fase da avaliação das obras e entrega do objeto contratual.

O valor inicial do contrato foi de R\$ 64.064.395,61, alcançando, após onze aditivos, o montante de R\$ 76.211.206,28.

Consoante informação nº 05/2019, foi realizada avaliação das informações apresentadas pelos jurisdicionados, inerentes aos achados constantes da Informação nº 11/2014 - NFO, em cumprimento aos itens IV, V e VI da decisão nº 1140/2013.

Considerando a Decisão nº 1125/2020, o Tribunal tomou conhecimento da Informação nº 05/2019, emitindo novas deliberações direcionadas à SO, à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP e à Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal - TERRACAP, presentes nos itens III a VI, *in verbis*:

III) determinar à Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal-SODF, signatária do Contrato nº 97/2009 SO, que: a) formalize e promova a glosa de R\$ 161.295,30 (valor histórico), referente ao pagamento a maior constatado no item de cimbramento externo, já objeto da Decisão nº 1140/2013, item IV -“a”, de caráter terminativo, dando ciência ao Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias; b) efetuada a glosa indicada no item anterior, suspenda a retenção cautelar de R\$ 3.584.896,59 (valor histórico) outrora determinada pela Decisão nº 6349/2014;

IV) determinar à TERRACAP, NOVACAP e SODF, dando ciência a seus diretores, executores, fiscais e assessorias jurídicas, que, doravante: a) nos contratos para execução de obras e serviços de engenharia, adotem providências para manter o ajuste e a respectiva garantia contratual vigentes até o recebimento definitivo, a ser efetuado somente após o saneamento de todas as eventuais pendências e defeitos observados no recebimento provisório e a verificação da adequação do objeto aos termos contratuais, sob pena de incorrerem em ilegalidade por burla aos termos do art. 56, § 4º e art.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

73, inciso I, alínea “b”, da Lei nº 8.666/ 1993; b) atuem no sentido zelar pela elaboração, contratação e recebimento de projetos básicos e executivos de obras e/ou serviços de engenharia completos, e adotem medidas eficazes e tempestivas para complementação de tais projetos durante a execução da obra ou serviço sempre que houver alguma lacuna, recorrendo, se necessário, à aplicação das sanções previstas aos projetistas que não os apresentarem com todos os seus elementos essenciais nos termos das normas técnicas vigentes, sob pena de serem responsabilizados solidariamente por eventuais problemas decorrentes da ausência de especificações, detalhamentos e/ou projetos; c) zelem para que a aprovação de pleito de pagamento de serviços extras para fins de reequilíbrio econômico financeiro do contrato vigente ocorra sempre mediante inclusão em termo aditivo, com a devida motivação e comprovação documental, com fulcro no art. 65, inciso I, “b”, e II, d, c/c o art. 60, caput e parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993, e, no caso de pleito de reconhecimento de dívida, observem com rigor a Decisão TCDF nº 437/2011 e o Parecer nº 1.111/2012 - PROCAD/PGDF;

V) determinar à TERRACAP que, no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao Tribunal acerca do cumprimento da Transação Judicial firmada entre a TERRACAP e o Consórcio Mendes Júnior/Atrium em 06.04.2018 (Procedimento Comum de nº 0712024 03.2017.8.07.0018, da 1ª Vara da Fazenda Pública do DF), inclusive sobre as medidas corretivas lá previstas, pagamento de reconhecimento de dívida com as devidas glosas e realização do recebimento definitivo, considerando o prazo de 90 (noventa) dias indicado para o seu cumprimento;

VI) determinar, ainda, à TERRACAP que: a) realize, de forma continuada, o devido monitoramento do sistema estrutural da edificação da Torre de TV Digital, mediante uso do sistema de sensoriamento estrutural implantado na edificação por meio do Contrato nº 004/2010 SO (Processo nº 112.003.494/2009), com a imediata aquisição, se ainda não o fez, do software de leitura dos dados produzidos pelos sensores, bem como com adoção das demais medidas necessárias para possibilitar tal monitoramento; b) promova a adequada manutenção do complexo da Torre de TV Digital, mediante a elaboração, se não houver, de Manual de Operação, Uso e Manutenção da obra, considerando as Normas “ABNT NBR 14037:1998 Manual de Operação, Uso e Manutenção das Edificações Conteúdo e recomendações para elaboração e apresentação”, “ABNT NBR 5674:2012 Manutenção de Edificações Requisitos para o sistema de gestão de manutenção”, “ABNT NBR 15575:2013 Desempenho de Edificações Habitacionais”, no que couber, além de literatura técnica pertinente ao tema, e, ainda, as diretrizes contidas no Decreto nº 39.537 de 18.12.2018, que instituiu o Plano de Implementação das Ações de Manutenção do Patrimônio do Distrito Federal; c) em caso de as medidas corretivas do Consórcio Mendes Junior/Atrium, firmados na Transação Judicial mencionada, não se mostrarem adequadas e suficientes para garantir a durabilidade, solidez e vida útil da obra, considere a possível aplicação da garantia quinquenal prevista do art. 618 do Código Civil a partir do recebimento definitivo, nos termos da Orientação Técnica do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas IBRAOP, OTIBR 003/2011 Garantia Quinquenal de Obras Públicas;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

Acrescenta-se que houve a interposição de Pedido de Reexame pelo Ministério Público de Contas do Distrito Federal, em que o *Parquet* solicita a concessão de efeito suspensivo ao item III-b, no sentido de que o pagamento do Sétimo Aditivo ao contrato, no valor de R\$ 2.131.344,39, fosse considerada irregular, de modo que a Secretaria de Obras efetuasse a glosa sobre a retenção cautelar de R\$ 3.584.896,59, outrora mantida pela Decisão nº 6.349/2014.

O Plenário do Tribunal negou provimento ao Pedido de Reexame interposto, mantendo-se o integral teor da Decisão nº 1125/2020, conforme item II da Decisão nº 2540/2021.

Levando em consideração a Informação nº 17/2021 - DIFO, foi efetuado o exame dos expedientes encaminhados pela Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do DF, TERRACAP e NOVACAP.

Em razão da citada manifestação dos jurisdicionados, este Ministério Público de Contas do DF, consoante Parecer nº 046/2022 - G1P, apresentou a seguinte conclusão:

Ante o exposto, o Ministério Público de Contas opina pelo acolhimento das análises, conclusões e propostas formuladas pela Unidade Técnica, nos termos da Informação nº 19/2021, levando em conta que resta parcialmente descumpridos os itens V e VI da Decisão nº 1125/2020. Além disso, os pagamentos ainda a serem realizados pela TERRACAP devem ser suspensos cautelarmente, nos termos do art. 45 da Lei nº 9.784/1999, até que ocorra o efetivo cumprimento das obrigações previstas no Acordo de Transação pelo consórcio, e que a TERRACAP informe as medidas judiciais e/ou administrativas em andamento, em função do inadimplemento das obrigações assumidas por parte do contratado. Logo, sugere-se à e. Corte de Contas, que:

- a) considere atendido o item III, e parcialmente atendidos os itens V e VI da Decisão nº 1125/2020;
- b) suspenda, cautelarmente, os pagamentos a serem feitos pela TERRACAP ao consórcio, até o regular adimplemento das obrigações previstas no Acordo de Transação pelo contratado;
- c) reitere à TERRACAP, a necessidade de encaminhar as informações e esclarecimentos relacionados às determinações previstas nos itens V e VI da Decisão nº 1125/2020, todavia ainda não adimplidas por parte do Consórcio Mendes Júnior / Atrium, indicando inclusive as medidas adotadas pela entidade, em âmbito judicial e/ou administrativo, em virtude das obrigações assumidas e ainda pendentes de atendimento pelo contratado, incluindo alerta relacionado à possibilidade de aplicação de penalidade conforme Lei Complementar nº 01/1994, em especial a prevista no art. 57, inciso IV.

Considerando a necessidade de novos esclarecimentos relacionados aos itens V e VI-c da Decisão nº 1125/2020, o Tribunal exarou a Decisão nº 1009/2022, *in verbis*:

O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

I – tomar conhecimento dos Ofícios nos 979/2020- SODF/GAB/ASSESP (peças 374 e 375), 2083/2021- SODF/GAB/ASSESP (peça 415) e 2102/2021-SODF/GAB/ASSESP (peça 416 e Processo 00600-00006541/2021-14, apenso aos autos), encaminhados pela Secretaria de Estado de Obras, bem como dos Ofícios nos 133/2020-TERRACAP/PRESI/COINT/DIGER (peça 414), 285/2021-TERRACAP/PRESI/COINT/DIGER (peça 419 e Processo 00600-00007753/2021-19, apenso aos autos) e 327/2021 - TERRACAP/PRESI/COINT/DIGER (Processo 00111- 00008990/2021- 55-e), enviados pela Terracap;

II – considerar, em relação à Decisão nº 1125/2020: a) atendido o item III; b) parcialmente atendidos os itens V e VI;

III – reiterar à Terracap os itens V e VI-c da Decisão nº 1125/2020;

IV – alertar o titular da Terracap de que o não cumprimento das deliberações reiteradas no item precedente podem sujeitá-lo à aplicação da multa prevista no artigo 57, inciso IV, da Lei Complementar nº 1/1994; [...]

A TERRACAP, consoante Ofício nº 1982/2022 – GP, apresentou novos esclarecimentos relacionados ao presente processo. O Corpo Instrutivo do Tribunal, mediante Informação nº 20/2022 – DIFO1, avaliou o atendimento dos itens V e VI-c da Decisão nº 1125/2020, haja vista a determinação constante do item III da Decisão nº 1009/2022. Nesse sentido, a equipe técnica apresentou a seguinte sugestão de encaminhamento:

Consideram-se satisfatórias as informações acerca do acordo judicial 0712024-03.2017.8.07.0018, uma vez que a sentença judicial já transitou em julgado.

Além disso, a assinatura do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 04/2020 (peça 11 do Processo SEI 00111-00008990/2021-55-e) transfere para a Empresa Concessionária (Sociedade de Propósito Específico com a denominação Torre Digital Flor do Cerrado SPE LTDA.), entre outras, a responsabilidade pela manutenção e conservação da obra.

Desse modo, considera-se que os itens V e VI-c da Decisão nº 1125/2020 foram atendidos.

Ante o exposto, sugere-se ao Plenário:

- I. tomar conhecimento da presente Instrução e da documentação apresentada pela Terracap (Processo Apenso nº 00600- 00003157/2022-32-e);
- II. considerar, em relação à Decisão nº 1125/2020, atendidos os itens V e VI-c, e, por consequência, o item II da Decisão nº 1009/2022; e
- III. Autorizar a devolução dos autos à Secretaria de Fiscalização Especializada para arquivamento.

O Ministério Público de Contas do DF foi instado a novamente se manifestar, consoante Despacho Singular nº 422/2022 - GCMM.

Em nome da supremacia do interesse público, a Lei nº 8.666/1993 prevê as cláusulas exorbitantes, decorrentes da participação da Administração Pública na relação jurídica. Nessa linha,



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

compreende-se a prerrogativa ou poder do órgão ou entidade e supervisionar, acompanhar, fiscalizar e/ou intervir na execução do contrato, para assegurar que se observem as cláusulas e a adequada execução do objeto.

De acordo com o Corpo Instrutivo, a TERRACAP disponibilizou informações acerca do cumprimento das obrigações indicadas no Acordo formalizado pela entidade e o Consórcio Mendes Júnior/Atrium, conforme processo nº 00600-00003157/2022-32 (correlacionado ao presente processo).

Observa-se que o acordo judicial no processo nº 0712024-03.2017.8.07.0018 transitou em julgado (Sentença proferida pela Primeira Vara de Fazenda Pública do DF), com a consequente extinção do processo, nos termos do art. 487 do Código de Processo Civil - CPC.

Destaca-se que situação avaliada, envolvendo o cumprimento ainda parcial do Acordo Judicial, demandava o atendimento dos itens V e VI-c da Decisão nº 1125/2020, relacionada à adoção de providências corretivas pelo consórcio e firmadas na transação judicial, para posterior avaliação a respeito da adequação das ações visando a garantir a durabilidade, solidez e vida útil da obra executada. Ressalta-se que o termo de acordo firmado estabelecia o prazo de 90 dias para execução dos serviços por parte do contratado, após a sua homologação.

Ressalta-se que houve a formalização do contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 04/2020, entre a TERRACAP e a concessionária Torre Digital Flor do Cerrado SPE Ltda. (CNPJ nº 35.947.372/0001-04), visando à outorga da gestão, operação e manutenção do complexo.

Dentre as responsabilidades da concessionária do bem público, estão o desempenho de ações visando à conservação e manutenção (preventiva e corretiva) do equipamento durante a vigência do contrato, conforme as condições previstas nas Normas Regulamentadoras, os elementos estruturais, ações de urbanização e paisagismo, a fim de zelar pela plena, total e perfeita execução do objeto do contrato, assim como o funcionamento de todo o complexo da Torre de TV Digital.

Acerca do atendimento das determinações presentes na Decisão nº 1.009/2022, cabe destacar as seguintes informações disponibilizadas pela TERRACAP, consoante Ofício nº 1.982/2022 - GP, que:

Em relação ao item V, informo que o assunto é tratado no processo SEI 00111-00002251/2018-54, no qual foi encaminhado a essa Diretoria Técnica dando conta da conclusão dos serviços previstos no Acordo Judicial 7629650.

Sobre o constante no item VI-c, esclarecemos o que se segue:

[...]

c) As medidas corretivas constantes na Transação Judicial, objeto do Processo SEI 00111-00002251/2018-54, foram sanadas, conforme informações constantes naqueles autos.

Todavia, o processo SEI nº 00111-00002251/2018-54 não foi disponibilizado pela TERRACAP, para avaliação das providências adotadas pelas partes, objetivando o cumprimento integral do Acordo Judicial formalizado mediante processo judicial nº 0712024-03.2017.8.07.0018.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

Além disso, a formalização do contrato de Concessão do bem público por parte da TERRACAP não desobriga o consórcio a adotar as medidas previstas no referido acordo judicial.

Nesse sentido, *data vênia*, este Ministério Público de Contas apresenta entendimento divergente em relação ao proposto pelo Corpo Instrutivo, considerando que não consta dos autos, bem como não foram disponibilizadas as informações do processo SEI nº 00111-00002251/2018-54, o que impossibilita qualquer verificação em relação às providências adotadas pela entidade e pelo Consórcio Mendes Júnior/Atrium, visando ao cumprimento das obrigações enumeradas no acordo formalizado no processo judicial nº 0712024-03.2017.8.07.0018, em atendimento à Decisão nº 1009/2022.

Diante do exposto, sugere-se ao Plenário determinar à TERRACAP, que disponibilize as informações atinentes às providências adotadas pelo Consórcio Mendes Júnior/Atrium, presentes no processo SEI nº 00111-00002251/2018-54 consoante manifestação da entidade, visando ao adimplemento das obrigações contidas no Acordo Judicial formalizado e que ainda se encontravam pendentes de atendimento pela contratada, em atendimento aos itens V e V-C da Decisão nº 1009/2022.

É o Parecer.

Brasília, 25 de novembro de 2022.

**Demóstenes Tres Albuquerque**  
Procurador